

Jornal 30 de Agosto

Edição Pedagógica

Especial / janeiro-2012

A Força do Caboclo do Contestado

Eta caboclo danado!
No chão desta terra pisada,
Terra tão cobiçada,
E por muitos contestada,
Planta com raça
A semente da força
E o sol forte e quente,
Faz germinar esta semente,
Que vem com a força
De uma locomotiva,
Gritando em cima dos trilhos,
Pedindo à mãe natureza
Que dele não tire a terra
Pois é sua única riqueza.

Uma terra abundante
Que serviu de morada
A muitos viandantes...
Seu grito ecoa longe!!
Mas não é ouvido.
E o caboclo sofrido
É expulso da terra
Sem piedade...

E o seu grito vira gemido.
Mas, seu gemido
Agora é ouvido!!
É ouvido por um monge
Que de longe o auxilia,
Ensinando com maestria
Os segredos da vida!
E como sua vida é a terra,
Agora não mais geme,
Mas berra, e berra tão alto
Que assusta o governo!

Amedrontado e com receio,
O poderoso contrata estrangeiros
E o exército brasileiro
Para calar de vez a voz
Do caboclo danado...
Sua voz é calada,
Sua vida é tirada!!
Mas sua marca
De caboclo herói é deixada,
Nos quatro cantos
Da terra contestada!

Eta Caboclo danado!
Não teve medo de nada!
E com sua história nos deixa,
Uma grande lição ensinada!

Precisamos praticar essa lição!
Gritar e fazer ecoar a nossa voz
Sem medo de opressão!!
Romper com essas
Estruturas injustas
Que massacram
E oprimem o nosso povo.
Porque nós brasileiras e brasileiros
Precisamos, precisamos
De um Brasil novo!!
Um Brasil, de Terra
para todo o povo!

- Professora Maria Regina Martins Geichaki
Presidente do Núcleo Sindical de União da Vitória



www.appsindicato.org.br

f App Sindicato t @appsindicato

Editorial

O ano de 2012 nos promete uma intensa agenda de lutas e mobilizações. Pensando nisso a Secretaria Educacional da APP-Sindicato preparou uma Edição Pedagógica com um propósito bem definido: instrumentalizar nossa categoria para o difícil debate sobre a qualidade da educação que queremos. Este material, elaborado com muito carinho em todas as suas edições, tem por objetivo instrumentalizar para uma formação política que vá ao encontro da formação de um novo projeto de sociedade.

E como nossa luta vai além da preocupação com os itens que compõem a necessária melhoria das condições de trabalho de todas/os as/os trabalhadoras/as e se estende a um projeto de sociedade ao qual a escola tem papel fundamental e decisivo, o texto da Presidenta Marlei Fernandes de Carvalho, que trata de uma avaliação sobre o primeiro ano do governo Beto Richa vem destacar as diretrizes de cunho tecnocrático sobre as quais esta gestão têm agido, procedendo a crítica qualificada a este modelo de gestão e apontando os caminhos de resistência deliberados tanto no XI Congresso Estadual da APP, realizado entre os dias 01 e 04 de dezembro de 2011, quanto da última assembleia da categoria no dia 17 do mesmo mês.

Neste sentido, a APP-Sindicato tem se esforçado muito para contemplar uma dimensão da totalidade em todos os materiais

que distribui e nas atividades que executa, sempre preocupada com a formação integral e humanizada, o que corresponde para além das mobilizações, reuniões de negociação e as diretrizes de resistência, também, a programação de tempos e espaços de formação e interlocução com o belo, com as artes. A exemplo: as atividades culturais inseridas nos programas de formação e no Congresso Estadual, as edições pedagógicas, o curso de cinema promovido pelas Secretaria Educacional e de Formação na sede estadual em Curitiba e a agenda 2012.

Assim, como já é de tradição nos últimos anos, nossa Edição Pedagógica incorpora aos seus destaques as imagens que compõem o temário da agenda 2012: o Centenário da Guerra do Contestado. Este episódio da história do Paraná e do Brasil, marcadamente uma das maiores e mais sangrentas revoltas camponesas da História, tão pouco conhecido por nós, e que, pelo esforço coletivo realizado pelo Núcleo Sindical de União da Vitória, traz a “memória dos que lutaram e morreram por Terra, Trabalho e Pão”.

Torna-se imperativo também para esta edição colocar em debate os desafios de gerir a escola de forma democrática preparando a comunidade escolar para o enfrentamento ao modelo de sociedade vigente. Pensando nisto, o texto da Profª Drª Andrea Caldas (Diretora do Setor de Educação da UFPR), companheira de luta e colaboradora no nosso quadro de formação política e educacional, qualifica o debate com o texto “Para além da Gestão Democrática” que atualiza, na análise do movimento histórico, o debate da gestão democrática.

Em seguida, Fabiana Thomé da Cruz – Pedagoga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR e pesquisadora pela UFPR e Juliana Costa Barbosa – Pedagoga e Mestre em Educação pela UFPR, assessoras da Secretaria Educacional da APP-Sindicato, procedem a crítica sobre o



modelo de avaliação pautado no conteudismo, na memorização e na fragmentação do conhecimento e faz a defesa de um modelo de avaliação vinculado a perspectiva de uma educação integral e emancipatória.

Mariah Seni Vasconcelos da Silva - Pedagoga, Funcionária de escola e Secretária de Sindicalizados da APP-Sindicato e Silvana Prestes, Funcionária de escola e Secretária Geral da APP-Sindicato, discorrem sobre os avanços obtidos pelos Funcionários/as de escola e sobre os desafios para o próximo período.

Por fim, o texto da Profª Janeslei Aparecida Albuquerque, Mestre em Educação pela UFPR e Secretária de Formação Política-Sindical da APP-Sindicato, trata da Formação Continuada com ênfase na práxis como referência para a construção do/a educador/a, sujeito da prática.

A escola que queremos exige nossa ação organizada, intencional e planejada. Por isso convocamos a todas e todos ao debate político da educação na Semana Pedagógica, reafirmando nossa concepção libertadora e emancipadora de educação e agindo como sujeitos históricos que somos para a construção de uma nova cultura social. (Edição Pedagógica jul/2011, p.1)

Walkiria Olegário Mazeto
Secretária Educacional
Direção Estadual da APP-Sindicato

Expediente

APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ – Rua Voluntários da Pátria, 475 14º andar – Ed. Asa – Curitiba/PR – CEP: 80.020-926 – Fone: (41) 3026-9822 – Fax: (41) 3222-5261

Direção:

Presidência: Marlei Fernandes de Carvalho - Secretaria Geral: Silvana Prestes - Secretaria de Finanças: Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretaria de Administração e Patrimônio: Clotilde Santos Vasconcelos - Secretaria de Organização - Hermes Silva Leão - Secretaria de Aposentados: Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretaria de Municipais: Edilson Aparecido de Paula - Secretaria Educacional: Walkiria Olegário Mazeto - Secretaria de Formação Política Sindical: Janeslei Aparecida Albuquerque - Secretaria de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Paixão da Rocha - Secretaria de Assuntos Jurídicos: Mario Sergio Ferreira de Souza - Secretaria de Políticas Sociais: Luiz Felipe Nunes de Alves - Secretaria de Funcionários: José Valdivino de Moraes - Secretaria de Saúde e Previdência: Idemar Vanderlei Beki - Secretaria de Política Sindical: Isabel Catarina Zöllner - Secretaria de Gênero e Igualdade Racial: Elizamara Goulart de Araújo - Secretaria de Sindicalizados: Mariah Seni Vasconcelos Silva

Uma produção da Secretaria Educacional da APP-Sindicato - www.app.com.br - educacional@app.com.br

Secretária Educacional: Walkiria Olegário Mazeto - Organização: Walkiria Olegário Mazeto, Fabiana Thomé da Cruz e Juliana Costa Barbosa

Colaboradores: Fabiana Thomé da Cruz, Janeslei Aparecida Albuquerque, Juliana Costa Barbosa, Mariah Seni Vasconcelos Silva, Marlei Fernandes de Carvalho, Silvana Prestes e Walkiria Olegário Mazeto.

Projeto Gráfico e Diagramação: Luciane Vasconcelos - W3OL Comunicação - www.w3ol.com.br - Gráfica: WL Impressões - Tiragem: 30 mil exemplares.

Obras ilustradas nesta edição de:

BENAZZI, Juliano: residente em General Carneiro-PR, pintor e artista do Contestado. Expositor desde 1997, Capa do Livro - Ação educativa e agir comunicativo, Armino José Longhi -2008, participou da Mostra Regional de Artes Plásticas - União da Vitória-Pr 2009 e artista premiado na Exposição Dia do Município de General Carneiro-PR 2009 na câmara de Vereadores. Técnicas: Acadêmico, Expressionismo. Em óleo e colagem de materiais alternativos. E-mail: julianobenazzi@yahoo.com.br

Organizar, Resistir e Avançar: Socialismo ou barbárie x primeiro ano do Governo Beto Richa

“Mesmo obtendo importantes conquistas nas negociações, destacamos que o novo governo dá sinais explícitos de uma concepção de Estado antagônica à das/os trabalhadoras/es”,

Marlei Fernandes de Carvalho - Presidenta da APP-Sindicato

O ano de 2011, o primeiro de Beto Richa à frente do governo do Paraná, não foi tranquilo para os/as educadores/as e demais servidores/as públicos/as. O discurso de que o Estado estava quebrado prevaleceu. Em 5 de dezembro, o governador Beto Richa reuniu os/as secretários/as de Estado, presidentes de autarquias, fundações e empresas estatais para pedir empenho da equipe e o compromisso de novas realizações no próximo ano. Segundo ele, em 2012 será possível colocar em prática os programas do plano de governo com recursos de financiamentos e com a recuperação da capacidade de investimentos do Estado. Em dez meses a receita do governo aumentou 14,72% em relação a igual período de 2010. Sobre o crescimento da receita, o DIEESE previu esse crescimento já no primeiro semestre do ano, justamente em contraposição ao discurso do governo de que não havia recursos e que o Estado estaria quebrado. Richa destacou que as medidas de austeridade devem permanecer. Segundo ele, a economia no custeio da máquina pública já chegou a R\$ 70 milhões, superando a meta de redução de 15% determinadas no início de 2011.

Esse discurso vem acompanhado da política que prevê a aplicação do Contrato de Gestão que cada Secretaria de Governo deverá desempenhar com austeridade, segundo o próprio governador em 2012. É o chamado “choque de gestão”. Adotada no estado de Minas Gerais, essa política, da prática governamental do PSDB, tem em seu âmago o chamado enxugamento estatal numa visão ampla de contratação de serviços via terceirização, o que obviamente favorece grandes grupos privados prestadores de serviços. O maior conflito em 2011 foi a aprovação do Projeto de lei que regulamenta as Organizações Sociais como prestadoras de serviços para o Estado. Ora, pagar uma empresa para realizar serviços para o Estado? Por que o próprio estado não desenvolve tais políticas para a população? O velho discurso da eficiência e agilidade nos serviços volta à cena, ou como apresentou o governo, ‘um estado moderno’.

Há tempo que venho identificando que o atual governo do PSDB tem uma atitude técnica contundente. Então fui buscar as intencionalidades dessa tecnocracia. Segundo AMARILIO FERREIRA JR.¹, em Educação e Ideologia Tecnocrática na Ditadura Militar:

“A tecnocracia teve seu uso durante o Regime militar no Brasil sendo defendida por diversos setores da alta sociedade civil conservadora e militar brasileira. Teve seu conceito adaptado para a atual realidade autoritária governamental, e caracterizava-se primariamente por um crescimento econômico baseado em sistemas repressivos de exclusão da classe trabalhadora de decisões políticas. Paralelamente ao endurecimento do regime, o governo militar punha em ação o plano tecnocrata de



Marlei Fernandes - Presidenta da APP-Sindicato

modernização da indústria nacional, baseada na racionalidade técnica. A tecnocracia no Brasil foi marcada por intervenções técnicas-calculistas do Estado na política econômica”

Nesse sentido, Herbert Marcuse a define como a sociedade na qual “as considerações técnicas da eficiência imperialista e da racionalidade extrema substituem os critérios tradicionais de rentabilidade e bem-estar geral”. A tecnologia e a técnica, nesse caso, estão baseadas na ênfase do modelo de gestão como jeito de governar e elevar a primazia das ferramentas de gestão como projeto de governo, afastando a participação popular na definição de projeto de estado que se quer. São privilegiadas as planilhas e os gráficos, em detrimento da pauta social, sai de cena os interesses populares e ganha prioridade os interesses privados.

Na Educação há previsão no orçamento do Estado para 2012 para a contratação de novas consultorias na área de avaliação e formação. O que virá? Se permanecer o modelo mineiro ou paulista será a política de meritocracia e desempenho individual dos profissionais e das escolas. Esses princípios sempre foram negados por nós. Nossa formulação histórica é a concepção da escola unitária, como a define Gramsci:

“O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário se refletirá, por isso, em todos os organismos de cultura, transformando-os e dando-lhes um novo conteúdo”. Revista Cult, edição 141.

O que o governo identifica como “um estado moderno”, pela tecnocracia, pela eficiência e eficácia, nós, trabalhadores/as, identificamos

¹ Doutor em História Social e Professor Associado do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

como uma política de privatização dos serviços do Estado.

Tivemos conquistas importantes, em especial, das questões financeiras – a data-base de maio, a implementação do piso salarial nacional e a própria equiparação salarial. E não só as questões financeiras foram adiante. Foi conquistada, no primeiro semestre, a hora-aula para as/os pedagogas/os e professores/as readaptados/as. Em fevereiro, foram nomeados 5.200 funcionários/as de escola. Neste final de ano a nomeação de aproximadamente 11 mil professores/as, estancando qualquer política de terceirização. A continuidade do PDE e do Programa Profucionário, a Comissão de ampliação de direitos dos planos de carreiras, entre outras.

Contudo, tivemos um período de diversas apreensões: um permanente ataque às aulas extraordinárias, a redução de direitos e de vagas no PDE, a indefinição jurídica sobre a continuidade do cargo de 40 horas, o porte das escolas ainda sem uma implantação efetiva, os atrasos nos pagamentos de promoções e progressões.

Outras políticas que não estavam no horizonte geral da entidade e nem da categoria, relacionadas ao fortalecimento do Estado identificam uma visão contraditória à dos trabalhadores/as: a ampliação significativa do volume de cargos comissionados, a aprovação do chamado ‘tarifaço do Detran’, o preocupante discurso de ‘parcerias’ com o Terceiro Setor, a Lei das Organizações Sociais, e , por fim, a aprovação do projeto de Parcerias Público Privado. A Assembléia Legislativa também realizou uma “força tarefa” com a aprovação em duas semanas de mais de 180 projetos, que receberá uma análise detalhada pelo Fórum dos Servidores.

A APP- Sindicato analisou cada momento e cada política determinada pelo governo. O Plano de Metas recebeu atenção especial nos cursos de formação da APP e também com um extenso artigo de avaliação. Explicitamente vivenciamos um ano onde a teoria tecnocrática prevaleceu na política educacional: nos debates da Semana Pedagógica tivemos um conjunto de levantamentos estatísticos em detrimento do debate ideológico e pedagógico. Mesmo assim a categoria reagiu na defesa das diretrizes curriculares, amplamente debatida e construída coletivamente.

Dentre várias políticas destacamos o modelo de gestão: a chamada consulta pública trouxe aparentemente um princípio democratizador, mas retirou da categoria a possibilidade do debate coletivo. Poucas escolas realizaram um debate sobre cada tema educacional colocado pela SEED para a consulta e tão pouco tivemos um retorno sistematizado pela Secretaria. As reuniões com segmentos da categoria e a descentralização também marcaram a gestão nesse período. A descentralização nem sempre é ruim, mas nesse caso entendemos que houve uma separação dos próprios segmentos. A descentralização também ocorreu nos cursos de formação. Os grandes eventos, que organizam os educadores em muitos debates e temas foram segmentados.

Outro destaque foi a efetiva manifestação acerca das eleições para direção das escolas. Primeiro uma indefinição e, por conseguinte, o insistente debate de que o Estado realizaria uma consulta pública, em muitos lugares manifestada pelas chefias dos NRE’s como um cargo de confiança do governo. Até “parecia” que nossa luta histórica pelas eleições nunca havia acontecido e que o governo passava a realizar uma benesse.

O vice-governador e Secretário de Educação Flávio Arns, assim se expressou durante reunião técnica realizada no Centro Estadual de Educação Newton Freire Maia, em Pinhais: “Queremos o compromisso dos diretores e da comunidade escolar para alcançar as metas propostas. A educação dos nossos alunos deve ser prioridade de todos”. (AEN)

Entendemos que os compromissos dos/as diretores/as eleitos/as devem ser com a comunidade que o elegeu e com a educação pública

de qualidade, não pode e não deve se restringir ao plano de metas apresentado, que como já avaliamos tem muitas contradições do que queremos e defendemos na educação pública.

Os sinais mais pesados foram no segundo semestre, a política de fechamento de turmas tomou grande proporção em muitas regiões do estado. A cada reunião números e mais números foram apresentados: do porte de escola ao fechamento de turmas, aos estudos da EJA e Educação Profissional. Aqui a parceria com o terceiro setor ganha destaque.

Organizar, Resistir e Avançar: Socialismo ou Barbárie

O XI Congresso Estadual da APP-Sindicato, representado por mais de 600 educadores e educadoras de todo o Estado realizou um amplo debate político de conjuntura internacional, nacional, estadual, sindical e educacional. Também definiu o Plano de lutas para o próximo triênio. Nesse sentido, reafirmamos a luta pela construção de um bloco político e social, capaz de dar sustentação a um modelo de sociedade socialista. Este novo bloco deve apontar para a execução de tarefas históricas com destaque para o desatrelamento definitivo do Consenso de Washington (políticas neoliberais), promoção de uma profunda reforma do Estado com ampliação de direitos sociais e de uma reforma política que sustente a transição para a construção socialista.

Ampliar a luta para a implementação da Agenda dos/as Trabalhadores/as pelo Desenvolvimento, por meio da Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho; a valorização dos/as trabalhadores/as em Educação com a necessária luta pela conquista de uma Educação Pública emancipadora; a defesa intransigente da escola pública universal, gratuita, laica, democrática e de qualidade.

Em 2012 temos o grande desafio da votação do PL 8035/2011, o PNE que vai definir as políticas educacionais para a próxima década. O aumento do percentual do PIB destinado à educação pública para 10% é indispensável.

Também definimos, em face do apresentado anteriormente, a luta incessante contra os projetos de redução do Estado.

Na última assembleia da categoria em 2011, realizada no dia 17 de dezembro, o consenso retirado foi que o novo ano precisa iniciar sob uma atuação combativa e contundente dos/as educadores/as. Os trabalhadores e trabalhadoras em educação decidiram comunicar ao governo, e à sociedade, que os objetivos pelos quais lutam não são individualistas. São em prol da educação. Neste sentido, a conquista dos 33% da hora-atividade e de um novo modelo de atendimento à saúde, o Piso Salarial Profissional Nacional e a Equiparação Salarial, além da ampliação de benefício das carreiras, serão as grandes bandeiras do ano.

Toda a nossa pauta será tratada e a campanha salarial juntamente com uma jornada de lutas que será desencadeada fortemente pela APP-Sindicato. Mais do que nunca a epígrafe histórica de Gramsci que nos direciona no Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública se faz necessária: “Instruí-vos porque teremos necessidade de toda a vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo o vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força”.

Em Gramsci resta claro que esse processo constitutivo acontece no ato histórico de síntese dialética entre objetividade e subjetividade. Eis aqui a noção de que a gestação e a efetivação da consciência de classe dos/as trabalhadores/as não se realiza unilateralmente a partir da agudeza das contradições produzidas pelo capitalismo, ou pelas determinações da vontade revolucionária, mas na conjugação orgânica entre a reflexão acerca das condições aviltantes de exploração e alienação, e a luta para abolição dessas relações.

Não! A uma concepção neoliberal de avaliação

Fabiana Thomé da Cruz e Juliana Costa Barbosa

A proposta de criar um sistema de avaliação estadual não é novidade, constava no plano de governo da atual gestão. Vem, como não poderia deixar de ser, de uma concepção neoliberal de avaliação, de uma cultura de auditoria, na qual a qualidade é subordinada à lógica gerencial. Proposta largamente difundida e implementada em estados onde o neoliberalismo está no governo há várias gestões, como São Paulo, vem de uma agenda educacional baseada em responsabilização e meritocracia.

Os testes padronizados são implementados numa tentativa de controlar os/as profissionais da educação e padronizar o conhecimento difundido na rede pública de ensino, garantindo um “currículo mínimo”. São estabelecidas matrizes no intuito de prescrever quais conteúdos serão os conhecimentos mínimos estruturantes, fundamentais ou não, a serem trabalhados com os/as alunos/as. Qualquer semelhança com “caderno de expectativas” não é mera coincidência. O problema do currículo mínimo não é o que ele inclui, é o que ele exclui.

Um dos objetivos não declarados, mas implícitos, da implementação dos testes de larga escala no estado é o “treinamento”, para que o desempenho dos/as alunos/as seja melhor nas avaliações nacionais. Visão de que se o/a aluno/a tiver familiaridade com o modelo de prova a ser aplicada, terá melhor desempenho e pontuação na avaliação nacional. Mas a lógica da avaliação nacional, que vinha de uma concepção neoliberal durante os dois mandatos de FHC, se inverteu já no primeiro mandato do presidente Lula. Em que pesem nossas críticas a ela, a lógica da avaliação sob a concepção de educação do governo Lula e que teve continuidade no governo Dilma, é outra: um dos principais objetivos da avaliação nacional, hoje, é identificar escolas que precisam de ajuda, e disponibilizar recursos para estas escolas, onde eles são mais necessários.

Na concepção neoliberal, o desempenho dos profissionais que atuam na educação pública é “julgado” pelo bom desempenho (proficiência) ou não, de seus/suas alunos/as. Como se apenas o professor influísse em um fenômeno complexo como o educacional. Segundo Waiselfisz, 2010 (apud Freitas, 2011)¹, “o nível sócio-econômico dos/as alunos/as é a variável que mais se correlaciona com suas notas e até 50% de sua variabilidade pode ser explicada por fatores relativos à sua comunidade e família”. São muitos os fatores que influem neste processo, o/a professor/a é apenas um, importante sim, mas apenas um destes fatores.

Outro problema das avaliações em larga escala é a ênfase nas disciplinas em que os/as alunos/as são avaliados/as, leia-se Matemática e Língua Portuguesa. Baker, 2010 (apud Freitas, 2011)², alerta: “a ênfase excessiva em matemática básica e leitura pode levar ao estreitamento do currículo apenas aos temas que são testados, tirando a atenção da História, da Ciência, das Artes, Cidadania e Língua Estrangeira (...) e de tarefas mais complexas de solução de problemas”. Como os conteúdos destas disciplinas são os que serão “cobrados” nas avaliações, as outras disciplinas correm o risco de ficar apenas como “acessórios”, sua importância, tão vital para a formação do ser humano integral, do homem completo, que defendemos, secundarizada.

Freitas (2011) constata:

“testes têm seu lugar no mundo educacional como uma ferramenta de pesquisa. O grave problema é que eles foram seqüestrados pelo mercado e pelo mundo dos negócios e nele, as suas naturais limitações são ignoradas (...) testes supõem a definição prévia de “standards” ou padrões (...) para os psicometristas que elaboram testes na ótica da responsabilização, o importante é estabelecer o que a criança fará em um determinado nível de ensino, de uma maneira que possa ser medido na forma de desempenho, de uma competência.”

Este entendimento aponta para a medição de habilidades básicas e

não para o desenvolvimento conceitual de alto nível, o oposto da educação de qualidade que almejamos para todos e todas.

Um dos efeitos mais perniciosos dos testes é que “o debate histórico político sobre quais deveriam ser os objetivos da educação (...) foi eliminado. Em seu lugar, o aumento das pontuações nos testes tornou-se um fim em si mesmo” (Emery, 2005, apud Freitas, 2011)³.

Avaliação: Um outro modelo é possível!

A preocupação da APP-Sindicato é que a SEED-PR substitua as Diretrizes Curriculares do estado – construídas a partir de um processo amplo de discussão coletiva – pelo “Caderno de Expectativas” – instrumento criado na gestão atual no governo do estado, de caráter normativo, que vem sendo colocado como orientação do planejamento curricular nas escolas. As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná têm caráter amplo e visam a formação do sujeito na sua integralidade, estando ligados a uma concepção emancipadora de educação. Já o novo “Caderno de Expectativas” desconsidera a deliberação coletiva e têm um caráter instrumental.

De acordo com Depresbiteris⁴ (1995, p.170), uma concepção ampla de educação deve objetivar-se ao desenvolvimento de “raciocínios mais complexos”. A autora, citada na abertura da versão preliminar do Caderno de Expectativas, fala da avaliação sob o ponto de vista técnico. Defende uma perspectiva que, na aparência, pode ser caracterizada como “avançada”, mas que na verdade detêm-se no superficialismo de uma linha neotecnista de educação em que o importante é a formação de pessoas capazes de atuar no mercado de trabalho de forma polivalente. Somos contrários a esta perspectiva de avaliação.

Sendo o ser humano, cada um de nós, sujeitos constituintes e constituidores da história, cabe a educação escolar a condição de uma formação humanizadora em contraposição a práticas educativas que dão centralidade a avaliação como instrumento de controle e competição institucional, práticas que reforçam o ideário hegemônico social do individualismo, da competitividade, do autoritarismo, enfim, dos valores capitalistas.

Segundo Luckesi⁵ (2011), avaliar a aprendizagem é assumir uma postura de pesquisador da realidade, cujo processo implica na descrição, no diagnóstico qualificado e na intervenção que subsidia a construção do aprendizado e o desenvolvimento do educando. O que “implica investimento cotidiano na aprendizagem”. Nesta perspectiva, a avaliação integra a prática pedagógica como instrumento de percepção de um processo cognitivo contínuo, inacabado e em construção. Instrumento este que não necessariamente precisa ser formal ou assumir caráter burocrático.

Nossa posição é clara em relação à implementação de um sistema estadual de avaliação. Para nós, da APP-Sindicato:

“Só tem sentido a avaliação quando de fato serve para diagnosticar o processo educacional. Avaliar visando a superação de dificuldades na formação e na ação profissional. Uma avaliação institucional que atinja todo o sistema educacional, desde as políticas educacionais, os gestores estaduais, as condições de trabalho, a gestão da escola, o PPP, etc. Contemplar também a avaliação coletiva e a auto-avaliação. A avaliação coletiva deve ser realizada no âmbito da escola, levantando as dificuldades do trabalho, constituindo processos para a superação dos problemas e levantando as necessidades e encaminhamentos para a formação e a auto-avaliação.” (CARVALHO, 2010, p.07)⁶

1 Professor Titular da Faculdade de Educação da UNICAMP. Texto apresentado no III Seminário de Educação Brasileira promovido pelo CEDES no Simpósio PNE: DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, fevereiro de 2011.

2 Idem;

3 Ibidem;
4 DEPRESBITERIS, Léa. Avaliação da Aprendizagem do Ponto de Vista Técnico-Científico e Filosófico-Político. Ideias. A construção do projeto de ensino e a avaliação, São Paulo, v. 8, p. 161 - 172.

5 LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da Aprendizagem Componente do Ato Pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

6 Presidenta da APP-Sindicato, Coordenadora do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Professora de Língua Portuguesa e Pedagoga da Rede Estadual de Ensino do Paraná. CARVALHO, Marlei Fernandes de. Avaliação para quê? Avaliação e Carreira do Magistério. Curitiba: Jornal 30 de Agosto Especial 2010.

Para além da Gestão Democrática ou Compartilhada.

(Andrea Caldas – UFPR)

Atendendo a um convite da APP-SINDICATO de republicar texto de minha autoria, escrito e divulgado em 1999, no Caderno Pedagógico, número 2, com o título “*Gestão Democrática ou Compartilhada: uma (não) tão simples questão de semântica*”, considereei a imperiosa necessidade de atualizar tanto os termos do debate ali colocados quanto, fundamentalmente, a análise do movimento histórico de lá até cá percorrido e em curso.

A este respeito, tenho insistido para o risco de determinadas cristalizações discursivas, muitas vezes travestidas de ortodoxia, que ocupam espaço seja nos debates acadêmicos, seja nos embates políticos, e que acabam por se converter em exercícios de lógica formal vulgar, que muito se distanciam dos esforços empreendidos no campo da dialética marxista para captar o movimento da história em todas as suas condições incessantes.

Karel Kosik (1976) aponta esta diferença entre a análise dialética e a posição da denominada “sistematização doutrinária”, que supõe ter feito “a análise científica das idéias ao procurar para elas um equivalente econômico, social ou de classe.” (p.17)

Sendo assim, coerentemente com esta posição política e metodológica, faz-se mister que o debate sobre a questão da Gestão Escolar e Educacional seja historicizado e atualizado nas suas rupturas, descontinuidades e continuidades, a fim de que possa de fato converter-se em instrumento de transformação da realidade, e não de mera interpretação retórica, que imagina poder mudar o mundo no combate de idéias contra idéias, assim ironizado por Marx e Engels:

“Os ideólogos jovens-hegelianos são, apesar das suas frases que pretendem abalar o mundo, os maiores conservadores.(...) Esquecem, apenas, que a estas mesmas frases nada opõem senão frases, e que de modo nenhum combatem o mundo real existente se combaterem as frases deste mundo.” (MARX & ENGELS, 1984, p.13)

O Contexto do Debate sobre Gestão Escolar nos anos 80 e 90

Os anos 80 trouxeram para o cenário educacional brasileiro importantes conquistas, oriundas do movimento de organização e lutas sociais pela redemocratização do país, tendo como principal marco jurídico a Constituição de 88 que, pela primeira vez, consagra o direito à educação como direito público subjetivo.

Tal demarcação significou não só a possibilidade concreta de exigibilidade do cumprimento do dever do Estado, já enunciado desde a primeira constituição republicana, como a afirmação da educação como direito social universal, o que inicia uma ruptura com a visão enraizada na sociedade patrimonialista e desigual, que sempre entendeu a educação como forma de ascensão social, produto do mérito ou do pertencimento de classe e, portanto, não universalizável.

Esta nova postura tem abrigo no amadurecimento da sociedade civil brasileira, que aos poucos começa a consolidar uma cultura republicana democrática e que, na esfera educacional, afirma como princípios:



“o horizonte da cidadania, da soberania, da pluralidade política, da igualdade, da liberdade, da autonomia pedagógica, da universalidade do direito à educação, da cooperação federativa, da obrigatoriedade e da gratuidade do ensino público, com a ampliação de recursos obrigatórios para a manutenção e desenvolvimento do ensino, aliada à valorização dos profissionais da educação”(ABICALIL, 2010, p.11).

Concebendo a escola como espaço de garantia de direitos (e não como mera benesse do Estado), os debates em torno das formas de gestão escolar dirigem-se à sua democratização, e é neste contexto que são criados instrumentos colegiados de gestão e, em algumas unidades da federação, o processo de eleição para diretores de escola, entendidos como representantes da comunidade escolar e não como prepostos do governo.

O contexto dos anos 90, contudo, sob a égide da crise econômica mundial, cria um cenário pródigo para que o neoliberalismo se erga sobre a anunciada morte das utopias¹ e se apresente como a única e natural alternativa, tendo o mercado como o novo demiurgo.

No caso das políticas educacionais, instaura-se uma espécie de *conformismo pragmático*, assentado na aceitação “de que nossos Estados se encontram quebrados financeiramente e, conseqüentemente, não existem recursos para satisfazer a cada vez mais intensa expansão do sistema. Ou seja, há um certo custo de eficiência que só pode ser pago pelas famílias, pela verba das empresas privadas ou por aqueles pertencentes a uma instituição filantrópica.” (GENTILI, 1994, p.175)

Com isto, dentro do processo de recomposição hegemônica, o discurso dominante passa a operar, não exatamente no combate às idéias democratizadoras e universalistas dos movimentos progressistas e sim na reconversão discursiva e apropriação de conceitos e sua neu-

¹ Francisco de Oliveira indicou em artigo de 1995 que a maior letalidade do neoliberalismo no Brasil é o fato de que “ataca as bases da esperança que se construiu nos anos mais duros (...) e metamorfoseia esse movimento de esperança num movimento derrotista.” (1995, p.27)

tralização política.

Em nome da busca da eficiência administrativa e da racionalização dos recursos públicos, a gestão educacional ganha importância estratégica, combinada ao movimento de reforma do Estado. Esta equação realiza-se através da descentralização da gestão no que se refere à manutenção das escolas e administração, combinada à cada vez maior centralização das decisões e controle.

Tal formulação é evidenciada nos termos de um documento da SEED/PR, da época, intitulado “A Escola do Amanhã”, citado no referido texto (NUNES, 1999) e que novamente reproduzo aqui:

Ao lado de uma foto de sala de aula vazia com carteiras quebradas, lê-se “este é o retrato de um ensino devastado” e afirma-se não ser importante “identificar quem errou, quem se omitiu”, e sim constatar “que ainda temos escolas em condições mínimas e precárias de funcionamento”. Logo abaixo é inserida a foto da entrada de outra escola, com a frase “este é o retrato da esperança - escolas que são consideradas modelo”. O documento então explica que a diferença entre as escolas que oferecem “ensino de boa qualidade” e as “escolas que enfrentam problemas não está na quantidade de recursos recebidos do estado (sic) e sim na participação da comunidade.” E prossegue:

A questão central para uma escola pública de qualidade relaciona-se ao fortalecimento e autonomia das unidades escolares. Como são as escolas as unidades executoras do projeto educacional, são elas que devem ser fortalecidas. Cabe à Secretaria de Educação e aos Núcleos Regionais propor, apoiar e fiscalizar a execução da política educacional. É decisiva uma grande participação da comunidade escolar. (...)

Instrumentos de participação: Conselhos Escolares (organizam a comunidade em torno da escola e são instrumentos para execução do projeto de autonomia das unidades de ensino; Associações de Pais e Mestres (canalizam o desejo de ajudar e a capacidade de fazer de milhares de pais e professores). (Grifos meus)

Pode-se perceber, portanto, que embora não se faça a identificação dos responsáveis pela situação de abandono da escola pública, a SEED aponta como responsável pela solução do problema a comunidade. Uma análise mais atenta do documento nos indica que a concepção de participação se distancia da idéia de controle social e se aproxima muito mais do conceito de gerência², frequentemente utilizado nos documentos de divulgação a que tivemos acesso.

Neste sentido, a utilização do termo gestão compartilhada, ao invés de gestão democrática, coaduna mais adequadamente com a concepção ali estabelecida. Ou seja, *falar em compartilhar a gestão*, no sentido de repartir, participar ou tomar parte em, é substancialmente diferente da democratização da gestão como forma de controle da autoridade e dos poderes de decisão e execução.

No primeiro sentido, supõe-se alguém como proprietário da gestão (o governo ou o diretor, dependendo da instância) que magnanimamente reparte aquilo que é seu (uma vez que só se partilha aquilo que se tem). No segundo caso, trata-se de controlar a quem dirige, entendendo-se que aquele que ocupa uma cargo de direção o faz a serviço dos que o elegeram (ao menos nos regimes democráticos), sendo, portanto, um movimento da periferia para o centro, de baixo para cima, ao contrário da gestão compartilhada, que é outorgada de cima para baixo.

² Em sua tese de doutorado(1994), a professora Maria Dátiva de Salles Gonçalves busca o sentido etimológico da palavra gerência (gerere=fazer) para diferenciá-la de gestão como “socialização do poder de decisão”.

Esta visão, que privilegia a gestão da escola como a principal forma de solucionar os problemas da educação no país e, mais especificamente, a descentralização dos sistemas de ensino no nível gerencial-operacional com a correspondente centralização político-estratégica, encontra ressonância nas diretrizes do Ministério de Educação consubstanciadas no Planejamento Político-Estratégico (1995-1998), bem como nas orientações do Banco Mundial.

O Planejamento Estratégico do MEC para o quadriênio 1995-98 na área de educação, após acentuar a importância da educação no desenvolvimento econômico, estabelece como desafio a mobilização da sociedade para enfrentar as distorções do sistema educacional brasileiro. No decorrer do documento, em vários momentos, repete-se a ênfase na “modernização gerencial, autonomia da escola e envolvimento da sociedade”, resguardando ao MEC o papel de “formulação, coordenação e acompanhamento de políticas públicas na área educacional e conseqüente redução de seu papel executivo.” (Grifos meus)

É também neste sentido que as diretrizes do Banco Mundial enfatizam a importância do envolvimento da sociedade na política educacional: a participação da “família” nas instituições escolares é pensada como estratégia de autonomização financeira das escolas: “muchos países han observado que las comunidades que participan en la administracion escolar están más dispuestas a contribuir al financiamiento de la enseñanza” (Banco Mundial, 1995), bem como no estímulo à competitividade entre as escolas, através da possibilidade dos pais (consumidores) exercerem a escolha entre distintas escolas (fornecedores), o que é entendido como ingrediente fundamental para a melhoria da qualidade:

“La dinámica de competir por alumnos normalmente acentúa ciertas características de la escuela vinculadas a la eficacia tales como una administración fuerte y el sentido de estar cumpliendo una misión.” (Banco Mundial, 1995)

Há uma grande preocupação com a diminuição de custos do financiamento da educação, para o que são propos-

tas várias alternativas, como a parceria com a iniciativa privada, o financiamento local e até a cobrança de “derechos” dos pais e alunos. A participação dos pais na administração tem, neste caso, um duplo sentido: convencê-los a contribuir financeiramente com a escola e buscar uma otimização dos recursos, no interesse dos próprios financiadores, ou seja, os pais.

No entanto, o Banco Mundial assinala o risco dessa descentralização como a perda de controle do governo sobre a política educacional, e recomenda enfaticamente que se limite a participação dos professores às questões relativas à instrução, que se ensine aos pais como administrar as escolas e que se estabeleçam normas em nível nacional e mecanismos de avaliação de rendimento, definindo uma clara separação entre administração local e controle central, condicionando o financiamento ao cumprimento da política central.

Desta forma, o foco das políticas de gestão deixa de ser a construção do projeto político-pedagógico, o controle do poder de quem dirige e a implementação de instrumentos colegiados de gestão e, de forma despolitizada, renova o ideário tecnicista dos anos 70 com a reintrodução de “novos” conceitos do mundo produtivo empresarial, como a qualidade e excelência, a concorrência e competitividade entre escolas, professores e alunos.

Assim, elege-se o mercado como paradigma a ser seguido e procede-se a uma série de transposições mecânicas e artificiais para o

campo educacional. A primeira delas é a substituição do conceito de democratização pelo de qualidade, no sentido de excelência. Esse conceito também é transposto do mundo empresarial e se caracteriza pelo seu caráter mensurável: daí a obsessão pelo ranking e a postulação da competição e a força do exemplo conduzem à eficiência e produtividade.

A qualidade é entendida como uma mercadoria que se adquire e que não é generalizável, uma vez que a desigualdade é pressuposto do bom funcionamento do livre mercado – necessária à instauração do princípio do mérito. Por isso, a insistência na utilização do termo excelência (do inglês *to excel*: aquele que se sobressai) sutilmente desconstrói as teses das políticas universais e igualitárias, recolocando como base das políticas sociais as teses do liberalismo econômico, que enaltecem os valores da diferença/desigualdade como fórmula da competição e emulação.

Ou, no dizer de Bobbio (1999, p.39):

Uma das maiores linhas de divisão entre os homens, em sua atitude para com seus semelhantes, é a que ocorre entre igualitários e não-igualitários, ou seja, entre os que creem que os homens são iguais entre si, apesar das diferenças, e os que creem que são desiguais, apesar das semelhanças; ou ainda entre os que acham injustas as desigualdades sociais porque os homens são mais iguais que desiguais e os que pensam que todo o processo de encurtamento das distâncias entre classes e categorias não se justifica por serem os homens mais desiguais que iguais.

E a História Segue...

Contrariamente às teses apocalípticas dos anos 90, que proclamavam o fim da história e entronizavam o capitalismo como a última etapa da humanidade, e ao ceticismo da auto-proclamada “verdadeira esquerda”, que sistematicamente anuncia que nada mudou, a história da humanidade e, por conseguinte, das políticas educacionais, caminha, se reconstrói, mescla pretéritos e presente, indica outros desafios e desvela renovadas contradições.

Mais uma vez citando Kosik (1976, p.165), na sua acurada análise da dialética marxista:

O sujeito só conhece o mundo na proporção em que nele intervem ativamente, e só conhece a si mesmo mediante uma ativa transformação do mundo. Todavia, o sujeito que retorna a si mesmo depois de ter andado em peregrinação pelo mundo é diferente do sujeito que empreendera a peregrinação. O mundo percorrido pelo sujeito é diferente, é um mundo mudado, pois a simples peregrinação do sujeito pelo mundo modificou o próprio mundo, nele deixou suas marcas. Ao regressar, porém, o mundo ao seu redor se manifesta ao sujeito de modo diferente de como se manifesta-

Uma das maiores linhas de divisão entre os homens, em sua atitude para com seus semelhantes, é a que ocorre entre igualitários e não-igualitários, ou seja, entre os que creem que os homens são iguais entre si, apesar das diferenças, e os que creem que são desiguais, apesar das semelhanças;

ra no início da peregrinação, porque a experiência obtida modificou a sua visão de mundo e de certo modo reflete a sua posição para com o mundo.

Sendo assim, do final dos anos 90 para o atual período mais de uma década se passou e, a menos que se desacredite da capacidade humana e do processo histórico, há que se empreender a laboriosa tarefa de analisar as mudanças, avanços e desafios que presidem o presente momento.

Para além do debate estabelecido sobre o caráter dos governos Lula e Dilma ou, melhor, se representam a continuidade ou a ruptura com os governos anteriores, ou da discussão sobre as semelhanças e diferenças entre os governos Beto Richa e Jaime Lerner que, de modo geral, tem esbarrado mais na fé política e preferência eleitoral que efetivamente em análises da realidade concreta, pretendo sinteticamente apontar o que julgo serem elementos importantes na análise da política educacional brasileira dos últimos dez anos.

Esta escolha metodológica assenta-se na concepção de que o movimento histórico acontece na mediação das relações entre sociedade, política, cultura e economia, e não apenas pela mudança eleitoral; ainda que seja o Estado espaço fundamental de disputa pelos direitos sociais e realização de finalidades coletivas.

Destarte, julgo que os exames políticos que privilegiam, nas suas análises, os personagens governamentais ainda se revestem da crença mitológica no Rei, no Absoluto, no Outro, desnudando marcas do passado autoritário, seja na versão monarquista, seja na versão populista, que desenharam a formação política da América Latina, tanto para a direita, quanto para a esquerda.

Na política educacional da última década, é inequívoco afirmar que houve uma mudança da base material em que se assentaram os debates e embates pelos rumos da educação brasileira, associada à mudança gradativa dos rumos da macro-política e de um novo cenário econômico que, ao privilegiar o papel do Estado no desenvolvimento econômico, se afasta do ideário do Estado Mínimo (mormente todas as contradições ainda existentes na política monetária e fiscal) e retoma seu papel de investidor e financiador.

Assim, se nos anos 90, a política de gestão tratava de buscar a otimização dos cada vez mais reduzidos recursos públicos, hoje a grande pauta educacional é a disputa pelos crescentes recursos, em parte substancial devido ao crescimento econômico, além das fontes adicionais oriundas do Pré-Sal e da regulamentação dos recursos do FAT e do Sistema S, bem como da discussão trazida pelo PROUNI a respeito da destinação de bolsas em instituições privadas que, historicamente gozaram de isenção tributária, sem contrapartida social.

A política de Fundos para o financiamento da educação iniciada com o FUNDEF (1996), com foco exclusivo no ensino fundamental, tem sua ampliação com a aprovação do FUNDEB (2006), que aumenta tanto a participação dos recursos federais quanto o escopo do financiamento para toda a educação básica.

De outro lado, o processo de participação social ganha novos contornos e, por conseguinte, renovados desafios e contradições, uma vez logradas as conquistas de institucionalização das Conferências, Conselhos e Fórum Nacional de Educação, pauta das lutas dos anos 80 e que trazem para a mesma arena política governo, movimentos sociais e iniciativa privada.

Se nos anos 80 os movimentos educacionais da sociedade civil organizada lograram a organização do Fórum em Defesa da Escola Pública, das CONEDs e fortaleceram suas entidades, o momento atual cobra a participação de seus agentes na institucionalização e gestão das políticas públicas, estabelecendo novas exigências de formação, capacidade de diálogo e, principalmente, o entendimento dos diferentes papéis que se cumprem no espaço autônomo da sociedade civil e no espaço de negociação institucional quando, por exigência e fruto do processo

– O debate mais intenso a respeito de gestão no contexto da elaboração do Plano Nacional de Educação diz respeito a como se entende a função/cargo do diretor escolar e sua forma de provimento, e como se articulam as funções técnicas e políticas.

– Ainda existem dúvidas, embates e contradições em nosso entendimento sobre participação, gestão democrática e controle social público.

– Finalmente, o grande debate que nos desafia e que submete todas as questões referentes à gestão: Qual o projeto de escola e de educação que queremos? Qual o modelo de organização curricular? Qual a organização de tempos e espaços? Qual a relação entre professores, funcionários, estudantes e sociedade?

Teremos neste ano os debates finais sobre o Plano Nacional de Educação e a construção do Plano Estadual de Educação, que nos desafiarão novamente; mais importante ainda será o desafio cotidiano da nossa prática, que nos convida a mudar, interagir e transformar.

Pois afinal, é preciso sempre reafirmar a utopia da gestão democrática como “o lugar que ainda não existe mas pode vir a existir” (PARO, 1987), se desenhado e construído coletivamente. Reafirmar o sonho e a luta por uma sociedade radicalmente humana, porque sem esta crença a educação perde seu sentido e sua razão de ser, de vez que ela só existe efetivamente como busca da superação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABICALIL, C. A *Conae e o novo PNE: Novos Marcos para a Educação*. In: Retratos da Escola – v. 4, n.6, jan./jun.2010, Brasília: CNTE.
- BANCO MUNDIAL. *Prioridades y estrategias para la educación: estudio sectorial del Banco Mundial* (mayo de 1995)
- BOBBIO, N. *As Ideologias e o Poder em Crise*. Brasília, Editora UnB, 4a. ed., 1999.
- GENTILI, P. O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI & SILVA(org.). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GONÇALVES, M.D.S. *Autonomia da Escola e Neoliberalismo: Estado e Escola Pública*, PUC, SP, 1994. (tese de doutorado)
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, SEED. *A Escola do Amanhã*. (s/d)
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. RJ: Paz e Terra, 1976.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. SP: Moraes, 1984.
- MEC. *Planejamento Político-Estratégico (1995-1998)*, maio de 1995.
- NUNES, Andrea Caldas. *Gestão Democrática ou Compartilhada: uma (não) tão simples questão de semântica*. Caderno Pedagógico, n.2. Curitiba: APP-SINDICAT, 1999.
- OLIVEIRA, F. *Neoliberalismo à brasileira*. In: GENTILI & SADER. *Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Moderno*. Paz e Terra, RJ, 1995.
- PARO, V. *A Utopia da Gestão Escolar Democrática*. Cad., Pesq., SP (60): 51-53, fev. 1987.



Teremos neste ano os debates finais sobre o Plano Nacional de Educação e a construção do Plano Estadual de Educação, que nos desafiarão novamente; mais importante ainda será o desafio cotidiano da nossa prática, que nos convida a mudar, interagir e transformar.

de democratização, os militantes e profissionais da educação passam a exercer o papel de gestores públicos.

Sem dúvida alguma, este novo cenário ainda é fonte de inquietações, da parte de alguns pela sua acomodação e sujeição, de parte de outros pelo seu imobilismo, que os mantém eternamente no papel de vítimas e querelantes, mas seguramente para a maioria, fonte de estímulo para formação e transformação.

Ainda os Desafios....

Se houve avanços, eles são estímulos para continuarmos acreditando na capacidade histórica de transformamos incansavelmente a escola, a educação e o mundo.

Ainda restam os desafios históricos de uma sociedade de gênese predatória e excludente e somam-se a eles novas exigências do presente e, no caso da educação, do devir histórico.

A condição da natureza humana nos explica que cada conquista cria uma nova necessidade, por isso somos e seremos eternamente inquietos e em permanente transformação.

De cada um deles, poderíamos escrever um ensaio, por isso, num esforço de síntese, enumero-os para que coletivamente desenhemos os caminhos na prática concreta (nunca as receitas ou modelos!):

- A política de avaliação da educação pública, através dos exames de larga escala instituída no governo FHC e mantida/modificada nos governos subsequentes, se por um lado cria uma consciência social a respeito da educação, dos seus resultados e da exigibilidade do direito da qualidade em educação, ainda guarda consigo uma série de contradições sobre a utilização destes resultados (premiar/punir/corrigir distorções) e sobre o próprio conceito de qualidade.
- O fortalecimento dos papéis dos Conselhos Escolares pelas políticas do governo federal, inclusive associadas ao financiamento da escola (PDE-Escola), representa de um lado a ênfase na construção da gestão escolar democratizada e organizada, e, de outro, ainda engessa tais organismos no trefismo de atividades administrativas e burocráticas.
- O aumento de recursos repassados às escolas por iniciativa do governo estadual (PR), se atende às conquistas de maior autonomia da escola, de outro lado cria o risco de intensificação das atividades administrativas, sem o devido suporte técnico, o que pode secundarizar a ação política e pedagógica dos diretores e Conselhos de Escola.
- Ainda restam os desafios de democratização do Sistema Educacional, com a democratização efetiva dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais e institucionalização dos Fóruns Estaduais e Municipais de Educação.

Funcionários/as de escola: avanços e desafios

Mariah Seni da Silva Vasconcelos e Silvana Prestes

A trajetória de luta da APP-SINDICATO tem se pautado pela busca constante da efetiva valorização e profissionalização dos/as trabalhadores/as em educação professores/as e funcionários/as de escola. Buscando a consolidação da identidade dos/as funcionários/as de escola, assim os/as denominamos, porque é a autodenominação mais usualmente adotada pelos/as próprios/as profissionais, ao longo de sua trajetória de organização e militância. Trajetória marcada por fatos e conquistas importantes para a construção da identidade e profissionalização desses/as que também são educadores/as.

A partir de abril de 1998, com a unificação da categoria (APP/SINTE) começamos a construir mobilizações conjuntas com os/as professores/as para defender nossos direitos e tivemos vitórias que melhoraram nossas condições de trabalho e remuneração. Entre estas destacamos: a conquista do pagamento do vale-transporte e vale-alimentação; dos avanços atrasados do quadro geral na greve do ano de 2000; a aprovação do QPPE em 2002; o concurso público para Agente educacional II em 2005; o reajuste real para os/as funcionários/as (o salário do Agente I de R\$ 280 foi para R\$ 570 e o salário do Agente II de R\$ 334 para R\$ 870). De todas estas conquistas, que não foram poucas, destacamos duas delas que de fato geraram uma mudança fundamental no percurso e na construção da carreira dos/as funcionários/as de escola: Concurso Público e Plano de Carreira.

A maximização dos lucros no setor privado e a redução de investimentos nas áreas sociais no setor público, como sustentação da ideia de um estado mínimo na década de 1990, ganha centralidade no Brasil pela via da terceirização. O Paraná adotou essa ideia e fez da terceirização a política do setor público. A terceirização como política de gestão ao ser assimilada pelos/as gestores/as públicos do setor educacional, levou para o interior das escolas trabalhadores/as da educação com diferentes formas de ingressos, tempos de permanência, atribuição, vínculo empregatício e direitos. Esta forma de contratação perpassou todos os segmentos da educação escolar, porém, já existem estudos indicando que seu impacto foi maior no segmento dos/as funcionários/as.

O movimento de terceirização, ao modificar as formas de acesso ao serviço público na educação, abandona a concepção de escola pública, democrática e de qualidade social, e institucionaliza a ação privada no espaço público, banalizando a escola como instituição formadora e território de reflexão e luta. Contrária a esse movimento, a APP-SINDICATO colocou em foco o debate e a demanda do Concurso Público e organizou várias ações para reivindicar este direito da categoria.

Em junho de 1998 ocupamos a Secretaria de Fazenda e conseguimos com essa mobilização que o governo desistisse da implementação do PLADEPE, que era uma tentativa de terceirização de todo o setor público no estado. No entanto, o governo continuou a tentativa de desmonte do sistema público e em 1999 criou a empresa do Paranaeducação. O projeto era demitir todos os CLTS e fazer toda as contratações por essa empresa, seria o fim da carreira e a adoção de relações de trabalho precarizadas, com direitos mínimos, com a contratação através do processo seletivo simplificado (PSS) e o não pagamento dos quinquênios daqueles/as que trabalharam pela Paranaeducação, empresa privada contratada pelo estado para servir e fazer o papel do próprio estado. Contrários/as a isso fizemos outra ocupação, a da Secretaria de Educação. A pressão deu resultado: o governo anunciou a suspensão do seu plano de demissão e da contratação pela empresa Paranaeducação. Todas estas batalhas de luta organizada nos levou a conquistar o Concurso Público (2005 Agente Educacional I e em 2006 o de agente educacional II). Mais de 20 mil funcionários/as foram nomeados/as nos últimos anos.

Outro demanda importante que acompanhou nossas mobilizações

nesse período foi a necessidade da construção de um Plano de Carreira para os/as funcionários/as de escola. A escola é um espaço em que se socializam os conhecimentos produzidos pela humanidade e se constroem atitudes, valores, sistematização do conhecimento, troca de informações e opiniões e de construção de novas opiniões. Tais características pertencem de maneira quase que exclusiva à instituição escolar, colocando-na em posição diferenciada das outras instituições que compõem a sociedade. Assim, também os/as profissionais que nela atuam, por consequência, guardam particularidades que os/as diferem de outros/as profissionais. Neste sentido, a APP-Sindicato sempre trabalhou o conceito de funcionário/a de escola como educador/a e este foi o tema dos seminários regionais que se iniciaram no ano de 2001. A programação destes seminários foi desenvolvida em parceria com o setor de Educação da Universidade Federal do Paraná e teve como tema “o papel do/a funcionário/a de escola no processo educativo”. Os encontros e debates permitiram a construção de uma outra visão sobre os/as funcionários/as de escola. Entendemos que ainda precisamos de novos momentos de reflexão e aprofundamento deste tema. Por isso, aqui vale ressaltar a importância da participação nos encontros da Semana Pedagógica.

Na perspectiva de que os/as profissionais/as que atuam na escola guardam particularidades que os difere de outros profissionais, fomos construindo o debate e embate para a elaboração e efetivação do Plano de Carreira dos/as Funcionários/as de Escola. Os seminários regionais em 2001, as reuniões da comissão do Plano, entre a APP-Sindicato e a SEED, o Seminário Estadual de Funcionário/a de Escola em 2004, as duas Marchas de Ponta Grossa a Curitiba, de 2005 e 2006. Construímos assim o plano de Carreira que foi aprovado em 2008 - (QFEB) que, além de estabelecer uma carreira na educação, institui a gratificação no período noturno, auxílio transporte, gratificação à secretaria de escola e um sistema mais justo para as promoções e progressões na carreira. Estas etapas foram fundamentais na trajetória dos/as trabalhadores/as em educação, um divisor de águas na história dos/as funcionários/as de escola. Outras conquistas significativas: em 2005 a implementação do curso Profucionário/a; em 2009 conquistamos nacionalmente a alteração do art. 61 da LDB, reconhecendo os/as funcionários/as de escola como trabalhadores/as da educação. Conquistas importantes, mas a luta é constante!

A alteração da lei 123 é uma dessas demandas, estamos debatendo com o Governo a adequação do Plano de Carreira (que institui mais uma promoção para o agente Educacional I com graduação e mais uma promoção para o Agente Educacional II que concluir a pós graduação); concurso de remoção; recesso escolar; reconhecimento do tempo de serviço para o Paraná Educação; pagamento do auxílio transporte e período noturno para todos/as os/as funcionários/as de escolas da Educação Básica da rede pública estadual do Paraná; aumento do valor de abrangência do auxílio alimentação; direitos trabalhistas as/aos contratados/as PSS; melhor atendimento do SAS; melhoria da infra-estrutura e segurança do trabalho; concursos públicos que supram as necessidades reais das escolas; a implementação dos cursos de profissionalização, tanto o Profucionário/a (com ampliação deste), como o curso superior em Tecnologia em Processos Escolares.

Para avançar nas conquistas, efetivar e garantir nossos direitos, se faz necessário a participação de todos/as. Por isso, queremos convidar VOCÊ a participar da organização sindical, das assembleias, seminários, cursos de formação, reuniões de conselhos regionais e todas as outras instâncias de nossa entidade. Procure seu núcleo sindical, o site da APP-Sindicato (www.app.org.br) e fique informado do nosso calendário de mobilização para 2012, que está no encarte desta edição.

Participe conosco!

Formação continuada e permanente: porque não estamos nunca terminados*

Janeslei Aparecida Albuquerque

Todo debate sobre educação necessariamente está vinculado a reflexões sobre a formação docente, inicial e continuada. Formar para quê? Para quem? São questões pertinentes ao tema cuja resposta nos indicam a que projetos de sociedade esta formação está vinculada. Vivemos nas últimas décadas um processo acelerado de privatização dos direitos sociais básicos, e a educação pública foi fortemente marcada por esses paradigmas. A democratização da escola pública foi acompanhada por políticas de desmonte e precarização.

O Brasil, governado por elites que se constituem entre as mais atrasadas do mundo, foi o último país a abolir a escravidão e vai ser também o último país da América Latina a acabar com o analfabetismo. Somente na Constituição de 1988 tivemos um capítulo dedicado a Educação, portanto, somente em 1988 a educação aparece na legislação brasileira como um direito de todos/as e como dever do estado. Há países do Mercosul com mais de 150 anos de tradição de escola pública.

A formação de professores/as está vinculada a essa política de elitização do ensino de qualidade em nosso país. Que se constituiu pelo privado e para as elites, nunca como direito social. A escola pública que só se institui na primeira metade do Século XX, foi para as elites, 10% da população. Quando se democratizou o acesso a educação pública básica, as elites criaram outra escola para elas: a escola privada. E hoje não é diferente, ainda que os sujeitos da privatização sejam outros e as estratégias tenham se sofisticado.

À medida que a sociedade se torna mais complexa, também a formação profissional exige mudanças, novas abordagens e aprofundamento. Mais que nunca nossos/as educandos/as exigem ser sujeitos do processo de conhecimento. E isso vai além do que o tecnicismo ou o neotecnicismo tem a oferecer ou pretende fazer.

Entender o/a estudante como um humano-histórico, “autor da história e produtor e apropriador da cultura construindo-se, assim, humano-histórico – que se apropria da cultura, a cria e a recria”¹, exige uma formação científica/teórica/acadêmica que não cabe nas abordagens da “auto-ajuda” pedagógica, a nova praga que se espalhou pelas políticas neoliberais de esvaziamento do currículo. Aliada a ascensão das teorias do “aprender a aprender”, teorias construídas “numa epistemologia que desvaloriza o conhecimento científico/teórico/acadêmico e numa pedagogia que desvaloriza o saber escolar”².

Essa desvalorização aparece em programas de formação e em encontros em que a discussão teórico-científica é substituída por palestras motivacionais. O debate sobre a democratização da gestão da escola pública é substituída por palestras empresariais sobre “gestão de pessoas”. Como se dirigir uma escola não fosse liderar a execução do Projeto Político-Pedagógico construído com a comunidade escolar, e sim, administrar os recursos e controlar o pessoal para que faça mais, com menos. A lógica da empresa capitalista.

Essas práticas formativas sempre estão presentes quando as concepções pedagógicas são formuladas por governos que atendem prioritariamente aos interesses empresariais e não identificado com concepções que se preocupam com a formação integral do ser humano. E toda concepção teórica de educação está vinculada a uma concepção de sociedade e atende a determinados interesses.

Vai se constituindo, ideologicamente, a ideia do “sucesso” e seu contraditório, o “fracasso”. O pensamento neoliberal vai imprimir fortemente na sociedade a ideia de que não existem pobres ou ricos. Existem pessoas de “sucesso”, as eficientes, e as “fracassadas”, as ineficientes. É a transformação da injustiça em triunfo. A justificativa – sempre ideológica – da desigualdade.

Pelas mudanças observadas nos conteúdos das semanas pedagógicas, momentos que deveriam ser de formação continuada e/ou permanente, observamos a presença da concepção expressa pela ex-assessora de Paulo Renato, nas análises de dados quantitativos, nas planilhas a serem preenchidas e, sobretudo, na forte ausência de textos teóricos a serem lidos e debatidos. Onde essa reflexão teórica, sempre necessária, aconteceu, foi por iniciativa das próprias escolas.

O grave dessa orientação é criar uma cultura de que estudar não é importante para a prática docente, de que a teoria não é necessária e de que aprende-se “fazendo”. É um retorno ao esvaziamento do papel do/a professor/a e do/a funcionário/a da escola como sujeitos do processo educativo. Próprio do neotecnicismo referido pelo professor Luiz Carlos de Freitas, sobre propostas educacionais de controle do aparato escolar por meio de meritocracia e “responsabilização”, controle dos métodos a partir de apostilamento de redes inteiras, privatização via Organizações Sociais, entre outras ações. Enfim, seu objetivo é organizar a educação como os negócios são organizados: **o que é bom para o mercado é bom para a educação.** (grifo nosso).

Essa é a lógica que tem orientado as ações do governo Beto Richa e é dentro dessa dinâmica também que devemos compreender a ausência de atividades de formação continuada de cunho científico/teórico/acadêmico, para além do PDE. O “mercado” não precisa disso. As organizações privadas que assessoram o governo têm dado conta de fazer, quando muito, formação “em serviço”.

Isso explica a presença do Sistema S e seus cursos “profissionalizantes” de curta duração dentro das escolas públicas, isso explica a parceria com ONGs como a de Bernardino para atuar na Educação Física, isso explica a forte presença do grupo empresarial Positivo nas atividades da Secretaria de Educação.

Não por acaso os planos de metas do governo atual falam tanto em “formação em serviço”. Não em “formação continuada” e muito menos em “formação permanente”. Para melhor compreensão, apresentamos aqui um quadro comparativo sobre **Políticas de Formação de Educadores/as**³:

a) Formação em Serviço: instrumental; demandas quantitativas da realidade; qualidade total; eficiência institucional; redução de custos; competitividade profissional; prioriza áreas específicas.

b) Formação Continuada: concepção polissêmica; formação em serviço com ênfase em atualizações teóricas (quantitativa / qualitativa); formação ao longo da vida profissional; capacitação de pessoal; prioriza formação pedagógica ampla.

c) Formação Permanente: plano profissional articulado a concepções de homem/mundo (ontológico); ênfase nas dimensões éticas, estéticas e políticas da prática educativa (qualitativa); práticas coletivas, participativas e

1 FÉTIZON, 2007-Prefácio,p.13
2 DUARTE, NEWTON. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 83, p. 601-625, (p.601) agosto 2003
Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

3 Organizado pelo Professor, Antonio Fernando Gouvêa da Silva, da UFSCar de Sorocaba, apresentado no Programa de Formação Política-Sindical-Educacional da APP-Sindicato, na 2ª etapa do ano de 2011.

* “O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou.” (João Guimarães Rosa, Grande Sertão, Veredas)

dialógicas; práxis como referência para a construção do/a educador/a (sujeito da prática); ciência a serviço do processo de humanização.

Ao observar esse quadro sintético, facilmente podemos reconhecer as concepções de formação que estiveram e deverão estar novamente presentes na semana pedagógica, nas oficinas descentralizadas. As planilhas, as observações que não podem ter mais de 50 caracteres, o levantamento de dados quantitativos etc. E, reconhecendo isso, reconhecer a que projeto de sociedade se destina.

Essa política vincula-se a um movimento que Maria Célia Marcondes identifica como o “recurso da teoria”, em pesquisa na educação:

A celebração do “fim da teoria” – movimento que prioriza a eficiência e a construção de um terreno consensual que toma por base a experiência imediata ou o conceito corrente de “prática reflexiva” – se faz acompanhar da promessa de uma utopia alimentada por um indigesto pragmatismo (...). Em tal utopia pragmatista, basta o “saber fazer” e a teoria é considerada perda de tempo ou especulação metafísica e, quando não, restrita a uma oratória persuasiva e fragmentária, presa à sua própria estrutura discursiva.⁴

Podemos também fazer uma análise comparativa da formação promovida no período anterior, usando como exemplo a proposta que foi construída no âmbito da Educação Profissional quando se trabalhou para reconstituir a rede pública dessa modalidade numa perspectiva de Ensino Médio Integrado.

A assessoria para essa reconstrução foi dada, entre outros, pelo Professor Gaudêncio Frigotto, renomado pesquisador da ANPED, e não por associações empresariais. O projeto pedagógico que estava em curso era antagônico ao que ora se apresenta. Faz sentido então, no projeto atual, a assessoria de empresários/as, de docentes de IES públicas identificados com essa concepção empresarial-privatista, e com empresas privadas de ensino ou mesmo ONGs que também tem seus negócios no ramo. Tudo muito coerente.

Podemos também localizar, teórica e politicamente, onde se situa a instauração do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Seu marco conceitual e sua estruturação se sustenta numa concepção de formação continuada e formação permanente, de cunho acadêmico/teórico/científico em que a Universidade, e no caso, por definição política, a Universidade Pública, é o lócus dessa formação numa articulação com a escola básica. Teoria e prática se constituem então nesse processo formativo que produziu uma retomada da relação direta do ensino superior e o ensino básico, resultando numa práxis enriquecedora para ambos. E com amplos investimentos de recursos públicos no sistema público de ensino superior.

As diferentes políticas de formação docente bem como de formação dos/as funcionários/as da educação, dizem muito sobre a concepção de homem/mulher e de sociedade que se quer construir. O conhecimento científico e sistematizado não necessariamente está a serviço da humanização. Nossa luta é para que esteja, pois pensamos que a ideia de humanização e democratização não tem fim e por isso, o esforço educativo é para que cada geração seja mais humana que a anterior.

E essa é a pergunta que temos de fazer em relação ao que fazemos e vemos na sociedade: estamos educando essa geração de modo a que ela seja mais humana que a anterior? Nossa crítica a proposta de cunho “motivacional” é porque se constitui numa prática onde o indivíduo explica sua situação – que é social/ política/ econômica/ histórica, a partir de uma perspectiva fatalista.

A concepção crítica, por sua vez, parte das contradições sociais produzidas pela sociedade de classes, pelo capitalismo. Contradições que não são explicitadas e para as quais o sistema produz incessantemente, justificativas ideológicas para dar sentido a injustiça.

A educação tecnicista serve para convencer a sociedade de que isto é “natural”. As palestras “motivacionais” tem como objetivo individualizar as

As diferentes políticas de formação docente bem como de formação dos/as funcionários/as da educação, dizem muito sobre a concepção de homem/mulher e de sociedade que se quer construir.

soluções e atribuir ao indivíduo, unicamente, a responsabilidade pelo seu “sucesso” ou “fracasso”, desconsiderando de forma acrítica, a desigualdade que a sociedade de classes produz e sobre a qual se assenta. Trata a educação como um ensino instrumental, instrucional, para um sujeito que deve “adaptar-se” ao trabalho precarizado ou ser mão de obra especializada e barata para que o mercado possa ampliar seus lucros.

Pensamos uma formação continuada e permanente porque como ensina Paulo Freire, “*não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.*” Uma educação crítica, libertadora, diz Paulo Freire, pressupõe, inclusive, superar uma ética de colonização, como esta que está presente na propaganda oficial de Curitiba, que quer ser “européia”.

Por isso reafirmamos as pedagogias críticas, e refutamos essa concepção de formação em serviço que o neotecnismo propõe. Não serão as teorias do aprender a aprender que darão conta dessa tarefa, não será o instrucionismo tecnicista que formará seres humanos emancipados, críticos e cada vez mais humanizados. As grades e câmeras de vigilância em nossas escolas sinalizam que “algo está fora da ordem”. E o aprofundamento da desumanização fará vítimas muito mais entre os mais pobres, entre os que mais precisam da escola pública, gratuita, de qualidade, laica. Os que são oprimidos por um sistema de iniquidades sociais em que as pessoas são usadas e os objetos são amados’.

Nossa responsabilidade como educadores e educadoras é imensa, ainda que nossos salários e nossa condição de trabalho na maioria das vezes não seja condizente com o importante trabalho que realizamos para toda a sociedade. No entanto, isso não pode e não deve nos afastar do compromisso ético-político com uma educação pública de qualidade, emancipadora. Se queremos um mundo melhor que esse, se queremos uma sociedade humanizada, temos que trabalhar para isso. Não tenhamos ilusões, a paz só será fruto da justiça social. Em um mundo de iniquidades, onde a tortura e a violação da soberania dos povos atende a lei do mais forte, não há possibilidade de paz. E uma educação que não pensa a formação humana de forma integrada, tampouco contribuirá como deve a essa construção. Porque a educação não tem como objetivo real armar o cidadão para uma guerra, a da competição com os demais. Sua finalidade, cada vez menos buscada e menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo. A educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida.⁵

Se fazemos e permitimos que os governos promovam uma educação setorial, apenas profissional, apenas consumista – para o mercado, não devemos nos surpreender com tantos/as jovens e adultos/as deseducados/as para a vida. Está também em nossas mãos escolher o mundo em que queremos viver e lutar por ele desde o lugar onde estamos: na escola, nas salas de aula, e nas ruas sempre que necessário. Um mundo diferente desse, humano, solidário, fraterno, igualitário, não nascerá sem luta.

Que nossa luta e nosso trabalho seja humanizado, e vitorioso, sempre!

4 Moraes, 2001, p. 3, apud Newton Duarte, 2003.

5 SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 5ª edição, p. 126, 2000.